

Estímulo ao exercício pleno da cidadania

Com o título de "Direito à Cultura Esportiva", o programa nacional para o esporte proposto pelo PT, prevê uma profunda modificação da ação governamental na prática esportiva.

O partido reconhece a Lei Zico (8.672/93) como normatizadora do esporte no Brasil. Elogia seus avanços, mas faz duras críticas à situação do passe do jogador de futebol. Segundo o documento, existe um "sistema escravocrata" do jogador para com a bola.

O programa critica também o desporto semiprofissional, caracterizado pelo atleta que não é renumerado diretamente, vivendo de patrocínios.

O PT pretende trabalhar em duas

frentes distintas. A primeira, direcionada para o esporte de alto rendimento, como atividade submetida à indústria cultural.

A segunda diz respeito ao esporte como prática de atividades físicas e recreativas no tempo livre do cidadão.

Números — No documento, o PT faz uma avaliação da atuação do governo no fomento à atividade física do cidadão, classificando-a como tímida. Mostra números do Ministério da Saúde em que poucos praticam qualquer modalidade.

Segundo os dados, 67% da população não praticam nenhuma atividade esportiva. Desse número, 52%

não o fazem por exclusiva falta de tempo.

Para o PT, existe um paradoxo entre o esporte que deveria ser praticado pela classe trabalhadora em seus horários de lazer e o que a cultura dà elite implementou.

Para modificar isso, o programa propõe viabilizar um sistema de práticas sociais do tempo livre da população; estimulando a cidadania por meio do esporte.

Para aqueles que não tiverem acesso ao esporte por meio do setor privado, o programa prevê espaço público e a prática por meio de órgãos governamentais.